



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 14-11-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 28ª audiência pública semipresencial desta Comissão do ano de 2023 e sétima audiência temática sobre o PL 578/2023, do Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2024”.

O tema de hoje é “Subprefeituras, Infraestruturas e Obras, Concessões e Parcerias, que envolve a Agência Reguladora de Serviço Público do Município de São Paulo – SPRegula; SP Urbanismo; Secretaria Municipal de Subprefeituras; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; SPObras; Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, e Comitê Gestor de Serviços de Água e Esgoto da Capital Paulista.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/ e também pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e Facebook.

O convite para esta audiência foi publicado no jornal *O Estado de S.Paulo* nos dias 03 e 24/10/2023 e 14/11/2023, no jornal *Folha de S.Paulo* nos dias 03 e 25/10/2023 e 16/11/2023, e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 25/10/2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 06/11/2023 e, neste momento, declaro abertas as inscrições para pronunciamento presencial, que podem ser realizadas na secretaria da Comissão até o término da apresentação dos convidados.

Para esta audiência pública, foram convidados os Srs.: João Manoel da Costa Neto, Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviço Público do Município de São Paulo – SPRegula, presente de forma virtual; Cesar Angel Boffa de Azevedo, Presidente da SP Urbanismo, neste ato representado pelo Sr. Waldir Agnello, Diretor Administrativo e Financeiro da SPRegula; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal de Subprefeituras (ausente); Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, que, licenciado do cargo até o dia 30/11/2023, neste ato representado pela Sra. Maria José Gullo,

Chefe de Gabinete, e Sr. Francinaldo da Silva Rodrigues, Coordenador de Administração e Finanças – CAF; Taka Yamauchi, Presidente da SPObras, neste ato representado pelo Sr. Adão Borges Vasconcelos; Marcos Monteiro, Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras – Siurb; Fernando Barrancos Chucre, Secretário do Governo Municipal – SGM; José Amaral Wagner Neto, Secretário em exercício da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento; Sr. Marco Antonio Palermo, da assessoria especial da Secretaria do Governo Municipal, neste ato representado pelos Sr. Marcos Monteiro, Secretário de Infraestrutura Urbana e Obras, e Sr. Alexandre Modonezi, Secretário Municipal de Subprefeituras; Rodrigo Juncal Rossler, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Sandro Luis Palanca – Diretor da Divisão de Avaliação e Aprimoramento do Gasto Público; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Temos presentes conosco de forma *on-line* o Vereador Paulo Frange e Vereador Isac Felix. De forma presencial, ao meu lado, nobre Vereador relator do orçamento para o ano 2024 Dr. Sidney Cruz.

Consta que a SP Regula tem uma apresentação. Você tem apresentação, João?

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO – Tenho, sim, para disponibilizar à Comissão, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Waldir Agnello, por favor, nosso querido e sempre Deputado.

Dra. Rode Bezerra representa o Secretário de Subprefeituras.

A SRA. RODE FELIPE BEZERRA – Bom dia, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia.

Doutora, a senhora tem alguma apresentação?

A SRA. RODE FELIPE BEZERRA – Não, Vereador. Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem uma lista enorme entre secretaria e órgãos e tem o comitê gestor, que envolve várias secretarias.

Então, vamos tentar nos organizar. A Dra. Rode falou que não há exposição. Dr. Waldir Agnello tem alguma exposição?

Consta que só tem fala e exposição da SP Regula, é isso? Apresentação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos começar com a apresentação do Sr. João Manoel da Costa, da SP Regula. As inscrições estão abertas.

João, tem a palavra.

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Vereador presidente da Comissão de Finanças Sr. Vereador Jair Tatto; nosso Vereador relator do orçamento Sidney Cruz; Vereadores Isac Felix, Paulo Frange e os demais que estão acompanhando esta audiência pública.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO – Vou falar um pouco da SP Regula que é talvez o ente mais jovem do orçamento do município. É uma autarquia em regime especial criada pela Lei 17.433 de 29 de julho de 2020 e que teve o início do seu trabalho no ano de 2021. Portanto, o quarto exercício em que SP Regula demanda os recursos do orçamento do município.

Os objetos de controle da SP Regula, os contratos de concessão de parceria público privado que devem ser delegados por decreto, a gestão da agência reguladora e nós temos dois objetos que demandam fundos públicos vinculados ao orçamento. É o caso do contrato de coleta e de destinação de resíduos, que foi transferido para SP Regula por meio do Decreto 60.941, de 23/12/2013, sucedendo também a questão da autarquia de limpeza urbana, Amlurb, que foi extinta pela mesma lei e também o Fundip, Fundo Municipal de Iluminação Pública, por conta da PPP da Iluminação que foi transferido também por decreto para a SP Regula, Decreto 61.172.

Em que pese tenhamos esses dois objetos que são vinculados aos fundos que demandam o orçamento, tem também a parte administrativa da SP Regula por conta dos outros objetos que embora não estejam vinculados ao regime de custeio por tarifa, também a SP Regula gerencia os contratos do mercado municipal de São Paulo; do Mercado Santo Amaro; a questão dos serviços funerários e cemiteriais que também é uma concessão recente que foi assinada no final do ano 2022 e entrou em vigência a partir do ano 2023; e, agora, por último, a atribuição da concessão do circuito de compras do Brás.

Então, esses são objetos que são geridos pela SP Regula que demandam estrutura administrativa e custeio dessas despesas, embora não estejam vinculadas a regime de concessão por custeio de tarifa.

Então, a gente pode perceber que temos três fontes que são vinculadas à SP Regula. Então, a primeira delas é a 33/10 que é a parte da administração da SP Regula em que na LOA de 2023 importa o valor de 44 milhões e ele evolui para 45.495 na proposta de 2024. O FMLU, Fundo Municipal de Limpeza Urbana, que é o que dá sustentação ao custeio da concessão de coleta e destinação de resíduos, nós temos então na LOA de 23 orçado 1.723 bilhão e uma proposta para 2024 de 1.801 bilhão. E o Fundip, Fundo de Iluminação Pública, com o orçamento de 23 contemplado na ordem de 579 milhões e para proposta de 2024, 583.378.

Então, basicamente, a gente percebe uma atualização monetária dos valores do orçamento para que a gente consiga também manter os reajustes contratuais previsto e uma ligeira evolução também na parte administrativa da SP Regula, lembrando que nós estamos aí no processo de concurso da SP Regula - tão esperado e tão demandado para que a gente tenha uma fiscalização mais efetiva, os analistas provendo também o desenvolvimento do contrato por meio das políticas de regulação. Então, o concurso está acontecendo. Tivemos uma prova há 15 dias. Devemos ter no próximo final de semana a prova dos analistas e dos técnicos e a perspectiva de que, no início 2024, o concurso esteja concluído e nós estejamos convidando os colegas aprovados a assumirem os seus cargos. Então, tem um ligeiro aumento com relação a 24 para que a gente possa contar com esses profissionais.

Com isso, de forma bem breve, termino a apresentação e fico à disposição para mais esclarecimentos dos interessados nesta audiência pública. Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – Muito obrigado, João.

Vou passar a palavra ao representante da SMUL.

As inscrições continuam abertas ainda, Mário. Podemos continuar com as inscrições abertas até a finalização dessa próxima apresentação.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Bom dia a todos.

Trouxemos nossa proposta orçamentária de 2024. Apresentamos aqui o total do tipo de despesas que temos e a proposta final. Estamos falando da despesa de custeio em torno de 160 milhões e de investimentos em torno de 10 milhões, totalizando 170 milhões.

- A oradora passa a se referir as imagens em tela de projeção.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – O nosso custeio é dividido em: pessoal; materiais de consumo e bens permanentes; manutenção da SMUL; outras despesas com a SP Urbanismo, empresa vinculada conosco; outras despesas da parte de informática; outras despesas da SP Turismo - Ade Sampa tendo em vista que a gente adota os parceiros no sentido de qualquer evento que a secretaria faça. Isso totaliza os tais 160 e a gente fala do incentivo fiscal, dos encargos gerais em relação a uma questão ainda que está em discussão da Lei das Fachadas e a gente deixa uma reserva para isso tendo em vista um desfecho que nós tivemos no ano de 2022.

A gente apresenta também aqui porque é um vínculo que a SP Urbanismo que faz a gestão das operações urbanas consorciadas, mas nós temos os orçamentos para 2024 da proposta orçamentária dividido por cada operação urbana existente. Então, temos a Água Branca com 103 milhões; Água Espraiada, com 313 milhões; o Centro, com 1,5 milhão; e a Faria Lima, com seus 248 milhões. Totalizando 667 milhões que já estão previstos na proposta orçamentária 2024. Essa é a nossa apresentação de SMUL.

A gente tem também uma questão do Fundurb que a responsabilidade de gestão é nossa não no sentido da solução do recurso, mas no sentido da gestão dos recursos necessários as demais secretarias envolvidas e que podem usar recursos do Fundurb.

A gente tem aqui a apresentação do plano anual de aplicação 2024 por secretaria. Estamos falando de um total de um 1.315 bilhão de reais distribuídos em SMSub, que é a Secretaria Municipal de Subprefeituras com seus quase 163 milhões; a Sehab, com seus 587 milhões; a Secretaria Municipal de Esporte com seus 20 milhões; a Secretaria Municipal de Transportes com quase 643 milhões; a Siurb com quase 232 milhões; a Secretaria Municipal de

Cultura com seus 50 milhões; a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente com seus 50 milhões; e a SMUL com 70 milhões. Totalizando, como falei anteriormente, 1.315 bilhão.

Os senhores sabem que a Fundurb é principalmente por meio da outorga onerosa que se vêem esses valores que estão sendo demonstrados; que, no decorrer do exercício, eles vão se apresentando e vão se designando os recursos com a sua totalidade ou com maiores valores.

Continuando na aplicação do plano de 2024, os senhores vão ver essa “pizza” onde tem o maior volume com a Sehab tendo em vista que houve uma modificação na Fundurb e nós já estamos considerando para habitação os tais 40% da modificação da legislação da Fundurb. Vocês vão encontrar SMSub, SMUL, Secretaria do Verde, Cultura, Siurb, SMT e a SEME. A SMSub, a Siurb e a SMT compõem a questão de mobilidade, que a gente vai expressar mais claramente agora no próximo *slide*.

Então, a gente fala aqui com quase 41% para Hab, que é o destinado da Fundurb para habitação nos seus programas na totalidade, em tudo que a Sehab, os planos de habitação apresentam e que podem usar na macroárea o Fundurb. Nós temos depois, como eu comentei, que falamos em uma soma de uns 388 milhões, onde a gente fala de mobilidade que é distribuído entre Siurb, Secretaria Municipal de Transporte e SMSub.

Como eu comentei que todo recurso provém da outorga onerosa e isso é uma demonstração desde 2004 até setembro de 2023. Claro e evidente que ficam muitas linhas aqui acumuladas, mas nós temos obrigação de demonstrar que alguns anos o maior pico tem sido realmente nos últimos anos e, principalmente, no meio do ano, mais ou menos em junho/julho onde tem a arrecadação da outorga onerosa.

Temos também o período de 2017 a setembro de 2023 onde demonstra mais claramente como foram os recursos da outorga onerosa nesses últimos anos.

É isso. Muito obrigada a todos.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só aproveitando. Nós aprovamos aqui o asfalto

dentro do plano do Fundurb como exceção também. Pela interpretação, está dentro das Secretaria das Subs, é isso?

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Sim, fica dentro das Subs e também no sentido mobilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – PIUs que aprovamos. Eu lembro Jurubatuba e Leopoldina. Tem coisa de 20 milhões, 10 milhões para o ano que vem.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – É. Na realidade, nós colocamos isso na SMUL. A gente criou com a Fazenda uma subconta. A gente não abriu aqui, mas já está considerado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Consta então o que a senhora apresentou.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Consta nesta apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Hoje, só os PIUs que foram colocados não?

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Não. Só os PIUs...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, tá. Colocado dentro da Secretaria. Então, está lá dentro de algum...

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Dentro de SMUL. Dentro da Secretaria de Urbanismo porque os PIUs são coordenados pela SMUL e por SP Urbanismo e esse recurso ficou dentro de SMUL. A gente criou junto com a Fazenda as novas contas para os PIUs tendo em vista a aprovação dos senhores aqui na Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu entendi. Então, foi distribuído dentro das respectivas secretarias.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Dentro da parte de Hab. Das secretarias não, de SMUL porque SMUL tem a responsabilidade de coordenar junto com a SP Urbanismo dependendo do que foi aprovado dos PIUs. Então, este recurso fica dentro da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Porque tem aqui uma conta separada citando outros PIUs com valor de...

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que aprovamos vários PIUs aqui.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Aprovaram uns quatro aqui. Então, a gente lembrou quando estava fazendo a apresentação da LOA, não havia a previsão disso em nenhum feito pela Fazenda e nós propusemos à SMUL. Nós que propusemos que criassem as contas desses 10 milhões ou que o valor que foi aprovado, porque não existia nem a conta definida. Aí criamos a conta dentro do SMUL, como se fosse uma subconta de SMUL, para atendimento ao PIU.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas funcionando essas operações....não sei como está o andamento disso...Vai crescer, então.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Deve crescer porque tem arrecadações específicas para...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vocês não têm previsão desses últimos?

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Já tem alguns em implantação. Criamos conselhos gestores e tudo. Eles devem aumentar principalmente porque também tem outorga onerosa para esses PIUs.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, pode vir a crescer esses PIUs.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Sim, pode vir a crescer.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, fica essa...pode ser uma margem a mais no orçamento. O relator gosta dessas notícias.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Eu imagino. A Secretaria não deixou de apresentar tudo que entendemos necessário. Mas essa apresentação que estamos fazendo foi do que apresentamos e do que a Fazenda nos liberou inicialmente. Aí, no decorrer do exercício, isso sempre há uma modificação, principalmente quando tem outorga onerosa e vai ter outorga onerosa distintas para esses PIUs. Há também nesses PIUs definições para área de habitação, mas é a SMUL que vai acabara coordenado isso com a Fazenda para encaminhar. Então, ela não está exatamente distribuída por habitação e mobilidade. Naturalmente, a gente vai fazer isso que é o que está dizendo a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dra. Maria.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora, então, o sempre Deputado Waldir Agnello, Presidente da São Paulo Urbanismo, Diretor Administrativo e Financeiro.

Estou pedindo sempre a vocês, mesmo eu apresentando, fazer a apresentação para constar nos Anais e sempre peço para deixar à disposição para a Comissão as apresentações. Ok? Obrigado.

O SR. WALDIR AGNELLO – Nobre Presidente Jair Tatto, nobre relator Sidney Cruz, em nome de V.Exas. cumprimento a todos os membros desta Comissão de Finanças. Cumprimento a Sra. Maria José, chefe de gabinete de SMUL, minha colega de trabalho; Francinaldo; e demais membros da Mesa.

Eu trago uma saudação, Presidente Jair Tatto, do nosso Presidente Cesar Azevedo. Ele entendeu que, em razão do assunto, eu poderia dar uma contribuição mais efetiva. Mas pede para que cumprimente V.Exa. e toda a Casa.

Nós não temos uma apresentação, mas eu gostaria de fazer alguns comentários, lembrando que a SP Urbanismo é uma empresa vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Então, o nosso orçamento está, de certa forma, embutido no pacote da SMUL, como já foi, inclusive, mencionado em alguma rubrica aqui.

Mas o nosso orçamento previsto para o exercício de 2024 é da ordem de 39 milhões 150 mil reais, no total de receitas previstas. E nós também temos aí, dentro desse quadro das despesas correntes, 28 milhões e 400 mil reais, em números redondos, para despesa de pessoal e encargos sociais - é isso o que está no orçamento -, e temos também outras despesas: mais 10 milhões e 700 mil reais, em números arredondados também. Esses valores não são suficientes para que a gente possa fazer frente a todas as nossas despesas. Porém, como uma empresa dependente, a gente está recebendo, neste orçamento da Secretaria da Fazenda, esses numerários para fazer frente às nossas despesas, e a cota-parte faltante para completar, então, o nosso orçamento de despesas, nós temos de produzir com as nossas atividades.

Basicamente, a SP Urbanismo recebe, além daquilo que é um percentual do

atendimento que ela faz à SMUL, ao Fundurb principalmente, à SP Obras como seus principais clientes, ela recebe um percentual daqueles projetos que são contratados para que ela possa desenvolver esse projeto e entrega, então, isso como um produto, e é remunerada por isso. As nossas receitas também advêm de uma parcela daquilo que nós somos remunerados quando existe um leilão de Cepacs, quando existem obras realizadas nas operações urbanas. Por exemplo, na Operação Urbana Água Branca nós somos remunerados em 4% daquilo que é realizado ali de obras; na Águas Espraiadas, 3%; na Faria Lima, 3%; e temos, também, alguma coisa na Operação Urbana do Centro.

Então, a SP Urbanismo hoje tem parte da necessidade dos seus recursos financeiros, que são subsidiados exclusivamente pela Fazenda, quando a rubrica é para pessoal e encargos, e as demais despesas nós temos de fazer frente a isso com esses rendimentos ou essas receitas extraordinárias.

Recapitulando, então, os números: o nosso orçamento para 2024 previsto é de 39 milhões e 150 mil.

Presidente e Relator, essas são as nossas considerações. Ficamos à disposição, com o nosso compromisso sempre de prestar os devidos esclarecimentos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Dr. Waldir Agnello.

As inscrições continuam abertas de forma presencial.

Agora, representando o Secretário Alexandre Modonezi de Andrade, a Dra. Rode Bezerra. (Pausa) Não há apresentação. Mas eu estou verificando se ela está conectada conosco.

A SRA. RODE FELIPE BEZERRA - Bom dia a todos.

Bom, dentro da nossa apresentação do orçamento da cidade, nós estamos aqui compilando os dados e pedindo o total de... Quantos milhões mesmo, Carla? Só um instante... Mas, os principais produtos que nós vamos pensar para o ano que vem são: recapeamento, que a gente está com o maior programa de recapeamento da cidade de São Paulo; calçadas, para cumprir o plano de metas, 1 milhão e meio de calçadas para a cidade de São Paulo, atendendo as avenidas da PEC, as vias da PEC, na verdade. Não são só avenidas, são vias também. Os

ecopontos; pátios de compostagem; drenagem. A principal função aqui é atender o plano de metas para o ano de 2024.

A gente está com 70% do nosso programa de metas cumprido, e a gente foi o mais justo possível no orçamento, para tratar o orçamento público de forma responsável. E espero contar com o apoio de vocês e ouvir um pouquinho da sociedade civil também, sobre o que eles têm de ideias e novidades para a nossa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, obrigado, Dra. Rode, mas eu tenho de fazer uma observação, que está difícil entender a Secretaria de Subprefeituras. E está difícil entender as funções de cada uma. Siurb, eu não sei se chegou ou vai chegar. E nós estamos precisando de entender quem está cuidando do quê.

Então, quando se fala de Subprefeituras, primeiro eu sei, vocês devem estar alavancados de recursos e com obras para todo lado. Eu preferia que tivesse uma exposição dizendo: “As vias principais estão sendo feitas. As vias chamadas secundárias serão feitas, quantas serão feitas”.

Então, permita-me aqui uma observação, que nós estamos tendo dificuldade com a Secretaria Municipal da Subprefeituras. Transmita ao Secretário Modonezi, porque uma secretaria com essa montanha de recursos e com obras na cidade inteira, eu achei muito - me permita -, muito frágil a participação. Eu diria que foi trágica. Eu quero, aqui, fazer esse registro, nobre Relator e quem nos acompanha. Um investimento, não sei, de 4 bilhões na cidade, recapeamento pela cidade toda, como é que se diz, “menina dos olhos do prefeito” ...

Então, eu vou pedir para que vocês mandem para nós algo mais concreto. Pode ser, Dra. Rode? Eu vou solicitar aqui, publicamente. Nós precisamos que essa Secretaria deixe esta Comissão melhor informada. Nós temos, aqui, a conta aberta, não tem problema. Mas nós precisamos que...

Aqui vem um relato, que a nossa... Ou seja, ainda bem que nós temos a CTEO para nos ajudar, que faz esse levantamento sistemático do que foi orçado, do que foi empenhado, do que foi liquidado. Essa Secretaria está deixando margens para a população da cidade de São

Paulo. Claro, nós estamos aqui..., é uma observação, me permitam, para podermos cumprir até a regra, nós temos de fazer audiência com todas as secretarias, todos os órgãos ligados às secretarias, empresas, autarquias. O nobre Relator fez um formato, nos deu uma sugestão para que, nas audiências regionais, nós conseguimos englobar todas. A última é Leste 2. Então, vamos fechar com todas, com cinco audiências regionalizadas que, naquele entorno, compreendem as subprefeituras, como fizemos sábado. Tinha Oeste e Norte, parte da Norte. Então, pegamos Pirituba, Pinheiros, Lapa, Butantã, Perus, Casa Verde, enfim. Então, esse é o cuidado. E, obviamente, que nós temos de trazer várias secretarias, vários departamentos no mesmo dia. Claro que prejudica o debate, mas eu volto aqui a dizer que, Dra. Rode, passe ao nosso querido Secretário que a Secretaria que nos deixa menos informados hoje é a Secretaria Municipal das Subprefeituras. Então, é um registro que esta presidência faz em nome da Comissão.

De qualquer maneira, muito obrigado por sua fala.

Seguindo a ordem, bom a Dra. Maria José já falou, então, pela Secretaria, pela SMUL.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Desculpa. Que temos previsto de da SMSub para a Fundurb. Posso ajudar um pouquinho, as obras que já estão na Fundurb?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Voltaria, então, algum dado que ficou sem...

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO - Porque nós informamos que a que o SMSub tem 162 milhões, e nós temos aqui a relação do que é...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, mas aí é só Fundurb. Fundurb.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Não, é Fundurb para especificamente SMSub. O senhor quer alguma ajuda nesse sentido? Não?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não. Eu quero a Sub.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O que a senhora colocou aqui é um trocado...

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO - Ela tem essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - ...perto do valor.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO - Está bom. Aí, ela abre para vocês. Ok. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vocês compreenderam, né. A Secretaria, em si, não trouxe informação para nós.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO - Está bom. Está bom. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Seguindo.

Presidente da SP Obras, que está representado pelo Sr. Adão Borges Vasconcelos. por favor Dr. Adão. A Sra. Taka Yamauchi, Presidente. Por favor, Sr. Adão. (Pausa) Está *on-line*? Não. Então, SP Obras não. Porque SP Urbanismo é vinculado à SMUL, e SP Obras é vinculada à Siurb. É isso, né. Ok. Se conectar, me avisa, por favor.

Sr. Marcos Monteiro, não.

Então, seguindo. Agora, do Comitê Gestor, que compreende algumas secretarias. É o Dr. Fernando Chucre?

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO – Presidente, o Sr. Fernando Chucre teve de sair. Eu posso falar pelo Comitê?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É o Dr. José Amaral?

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra.

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO – Obrigado, presidente. Obrigado a todos.

Bom dia a todos.

O Comitê Gestor de Serviço de Água e Esgoto do Município, na verdade, faz a gestão do contrato da Prefeitura com a Sabesp.

Do ponto de vista do orçamento, o único recurso que entra é o repasse do FMSAI, que é 7,5% sobre a receita bruta da Sabesp no município de São Paulo. O Comitê faz a gestão desse repasso. Ou seja, acompanha, ao lado da Arsesp, que é a agência reguladora que controla o nosso contrato, se esse repasse está sendo feito corretamente. A gestão da aplicação desse recurso é feita pela Sehab. Eu suponho que tenha sido apresentado pela Sehab quando ela

participou da audiência pública.

Em 2014, só a título de informação, são 614 milhões de recursos do FMSAI. Os demais investimentos que o Comitê Gestor acompanha, do contrato da Sabesp, é financiado pela tarifa. Então, ele não entra na peça orçamentária. É uma prestação da Sabesp, onde nós controlamos se ele está sendo feito, está sendo executado de acordo com o (ininteligível)... Alô?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluiu? Doutor...

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO – Então, do ponto de vista do orçamento, Presidente, é só o FMSAI.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. É. Eu tenho, aqui, a compreensão de que esse Comitê envolve a Secretaria Municipal de Governo, envolve a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a Secretaria Municipal de Subprefeituras. É isso, né.

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO – É. Esse Comitê tem três representantes do município e três representantes do governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok.

O SR. JOSÉ AMARAL WAGNER NETO - A cada dois anos a gestão, a coordenação do Comitê fica com o município, dois anos com o governo do estado. Neste momento, está com o governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Obrigado pela explicação.

Tribunal de Contas, nós vamos ter aqui o momento, Rodrigo, que tem uma data que o Tribunal estará conosco. No dia 22, então, nós teremos um estudo que o Tribunal vai nos oferecer aqui. Muito obrigado. Então, teremos esse momento com o Tribunal. Eu até perguntei ao Dr. Rodrigo, ele declinou. E obrigado por estar nos acompanhando.

Agora, o Dr. Sandro Luis Palanca, Diretor da Divisão de Avaliação e Aprimoramento do Gasto Público. Tem a palavra, Dr. Sandro. Hoje é o Dr. Sandro nos acompanhando, né. Eles têm feito um revezamento. Sempre presentes. Muito obrigado a vocês, à Secretaria.

O SR. SANDRO LUIS PALANCA – Perfeito.

Sr. Presidente, obrigado pela palavra. Realmente, só uma breve saudação e salientar

a importância deste espaço de participação social. A prefeitura tem feito, também, um esforço de ampliar o espaço de participação em uma iniciativa da Secretaria da Fazenda, o nosso Orçamento Cidadão. E aqui, a Câmara também abrindo oportunidade para a população se manifestar e as secretarias, depois, também prestarem contas e apresentarem ali os seus dados.

Então, eu estou aqui simplesmente para um papel mais institucional. Coloco-me à disposição, caso surja alguma questão vinculada à Secretaria da Fazenda. Se eu não souber responder, peço a licença para ir para dentro de casa e depois trazer a informação. Mas é isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. E é isso mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Dr. Sandro.

É, a Secretaria tem nos ajudado muito, quando solicitamos... Nas audiências regionais, vocês têm levado o orçamento como um todo e têm levado regionalizado, com os valores que compreendem aquelas subprefeituras. Isso tem nos ajudado bastante. E recortando, né, nobre Relator, por áreas – habitação, quanto compreende habitação em cada subprefeitura. Isso tem facilitado e ajudado.

Um belo trabalho de vocês. Parabéns.

O SR. SANDRO LUIS PALANCA - A regionalização do orçamento é um desafio, tanto na fase de planejamento, quanto na fase de execução. Mas a Secretaria vem enfrentando esse desafio e já tem alguns para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. Isso tem valorizado muito as nossas audiências regionais, porque as audiências regionais não são necessariamente das subprefeituras. Elas são uma audiência geral que compreende aquelas subprefeituras. Ou seja, o tema são todos os temas tratados. Ao final, direi quais serão as próximas. Nós teremos, de regional, só mais uma.

Bom, então eu considero, se não reconectou ninguém, me consta aqui que Siurb. É isso? (Pausa) Não. Não conseguimos, então. Acho que os demais órgãos se manifestaram.

Agora, encerram-se as inscrições e eu faço a primeira chamada *on-line*, inscrição *on-*

line. Rosângela V. Souza. (Pausa)

Segundo inscrito, Luiz Castro. Três minutos. Eu costumo dizer que um pouquinho a mais ou a menos, não prejudica.

O SR. LUIZ AUGUSTO LEONARDO DE CASTRO – Bom dia a todos.

É superbreve. É referente ao orçamento da Operação Urbana Espreada. Eu senti falta um pouco mais do detalhamento desses valores. Se fosse possível nós termos acesso a como aquele valor foi composto.

É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito. Fica aí, então, já uma pergunta, eu creio, que para a Dra. Maria. Ao final, vamos para as considerações.

Primeira inscrição presencial, Marcelo Siqueira Moreira, CPM Lideranças, Conselho Participativo do Município.

O SR. MARCELO SIQUEIRA MOREIRA – Bom dia a todos, todas; bom dia, Presidente Jair Tatto; bom dia, Vereador Sidney Cruz; cumprimento todos os funcionários públicos, o Sandro Palanca, que vimos acompanhando há vários anos o orçamento cidadão.

Pessoal, vimos aqui protocolar um documento para a Comissão de Finanças e Orçamento da Casa, porque este ano todos os CPMs municipais, da cidade, receberam uma verba de 6 milhões do Prefeito Municipal. E nessa verba de 6 milhões fornecida pelo Prefeito, no ano passado, inclusive, na verdade, na posse dos conselhos participativos, o Prefeito ofereceu 192 milhões divididos para todas as subprefeituras. E os conselhos participativos municipais fizeram um debate com a sociedade civil e transformaram esses 6 milhões, para cada Subprefeitura, em obras. Inclusive, dando o exemplo da Capela do Socorro – somos de lá -, que fez a introdução de um córrego, córrego Ogum, e gastou lá 5,8 milhões.

Temos uma obra muito importante também em Parelheiros, o asfaltamento do Parque Florestal, que está acontecendo também. E tudo isso foi feito com a verba de 6 milhões e deliberado pelo CPM da própria Subprefeitura. E este ano ficamos tristes, porque o Prefeito Municipal, na PLOA, de 2024, que levou para a Câmara Municipal, não mandou esses mesmos

6 milhões.

Então, pedimos para a Câmara Municipal que faça essa correção de transformar na PLOA, de 2024, o projeto de lei orçamentária, que esses 6 milhões sejam incluídos. Ou seja, os 192 milhões que o Prefeito Municipal deixou para os CPMs fazerem deliberação, que sejam colocados no PLOA, de 2024.

Então, estamos apresentando, na secretaria, um ofício. Inclusive, nesse ofício colocamos todos os processos SEIs, que a Prefeitura fez essa bondade de deixar esses valores para os CPMs fazerem a discussão. Queremos que isso se repita para 2024, porque em 2023 ocorreram muitas obras que foram deliberadas pelos conselhos participativos municipais e pela sociedade civil.

Então, precisamos desse valor novamente, em 2024. É muito importante que tenhamos isso para 2024 também.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Marcelo. Gilberto Souza Macedo, também do Conselho Participativo Municipal, Lideranças Vila Prudente.

O SR. GILBERTO SOUZA MACEDO – Bom dia a todos, cumprimento a Mesa, Presidente, Relator e demais, Sr. Sandro, uma pessoa super bacana.

Mas vou insistir novamente, o que o meu amigo acabou de falar sobre os 6 milhões. Esses 6 milhões que foram colocados nas mãos do Conselho Participativo, isso foi um sucesso para o Prefeito. Infelizmente não é assim que estão olhando, a própria Prefeitura não está vendo. Por quê? Está havendo muita confusão, existe um aproveitamento de prefeitos regionais, que ao invés de deixarem o Conselho Participativo correr atrás das obras que realmente sabe que existem, porque é lá que moram. O Prefeito Regional não mora no seu lugar de origem, já começa por aí.

Eu queria muito que esses 6 milhões também acontecessem em 2024, porque é muito importante a população participar. Vi alguns Vereadores reclamarem que as audiências públicas - que venho frequentando, é a quarta já - não estão tendo a visibilidade dos munícipes.

Só que temos de colocar um ponto que é muito importante, muitos deles trabalham. Vou falar em linguagem simples do povo, porque é a primeira vez que estou na Casa do Povo e acho muito importante.

Muitos deles trabalham e não têm condição de vir aqui falar. Mas às vezes quando falam, como está acontecendo no orçamento cidadão, que mais de 80% do que o Conselho Participativo colocou, não foi aprovado. Um caso típico são as URSIs, o que é muito importante. Se vocês verificaram, na Vila Prudente aconteceu um caso, não há um hospital estadual ou municipal, que está atendendo o público.

Eu fiz um pedido, no orçamento cidadão, de uma AMA 24 horas. Meus amigos, lá não temos hospital para sermos atendidos. Temos a AMA de 12 horas. Eles vão correr para onde. As UPAs estão no gargalo. As UBSs já não suportam mais. Acho incrível, vou ser muito sincero, como munícipe, vemos as pessoas, a periferia sofrendo, não tem uma UBS adequada, não tem uma AMA. E as pessoas estão brincando com a saúde da população. Isso não pode acontecer.

Venho aqui novamente, encarecidamente, para reverem os projetos do orçamento cidadão da saúde, porque 80% do que foi pedido lá, infelizmente, não foi atendido. Estou falando de periferia. Não estou falando do Centro estendido. A periferia está sofrendo e muito.

Queria agradecer a todos. Se tiver oportunidade vou me inscrever de novo, farei isso. Sr. Tatto, Sr. Cruz, muito obrigado, e os demais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gilberto. Gil Santos, do Conselho Participativo Municipal da Mooca.

O SR. GIL SANTOS – Bom dia a todas e todos. Eu represento o CPM Mooca, sou o Gil Santos, já foi falado aqui. Gostaria de fazer uma observação, os bairros do Pari e Mooca são completamente abandonados.

Nessa gestão do CPM Mooca, nós conseguimos fazer um projeto piloto para revitalizar a Praça Kantuta, que fica no Pari. Mas o que acontece? Foi aprovado pelo CPM, o Subprefeito também aprovou, ele destinou 1 milhão e alguma coisinha, mas não é o suficiente

para a revitalização daquela praça.

E outra coisa, não temos de cuidar somente das praças. Têm pessoas lá em situação de rua, para onde vamos levar essas pessoas. Têm os animais que precisamos cuidar também, que tem vida. Eles precisam ser cuidados, precisam de assistência. E isso não está acontecendo.

Falando em praça, há diversas outras praças naquela região que estão abandonadas. E as pessoas em situação de rua também abandonadas nessas praças, não dando ainda para fazer o projeto piloto para poder resolver as questões de todas as praças. É preciso que tenha uma fiscalização da Subprefeitura ali, para dar uma revisão, uma olhada nas praças e nas pessoas que estão nas praças, famílias, e os animais.

Não dá para continuar assim abandonado. Esses 6 milhões nunca apareceram naquela região, nem Pari e nem Canindé. É preciso destinar sim 6 milhões, como por exemplo, para a Praça Kantuta, já que logo, logo, está para começar a revitalização.

E não esquecer das outras praças. Não esquecer do bairro do Canindé. E é isso. Temos de trabalhar, mas parece que nosso trabalho é mais do que Vereador, não é mesmo. E nós somos voluntários e voluntárias. Vamos botar isso para funcionar. Vamos trabalhar. Subprefeitos, vocês têm de nos ouvir, como foi falado aqui, nós não temos nenhuma visibilidade. Nós não temos nenhuma visibilidade, nem mesmo perante a sociedade, porque somos invisíveis. Porém, nós trabalhamos, fazemos a nossa parte. E queremos resultado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gil. O Adão, acho que conseguiu uma conexão pela SPObras, representando a Presidente Taka Yamauchi. Adão Borges Vasconcelos, Gerente Financeiro, me ouve?

O SR. ADÃO BORGES VASCONCELOS – Ouço sim. Bom dia, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estamos ouvindo bem baixo, mas tranquilo, pode ir se ajeitando aí.

O SR. ADÃO BORGES VASCONCELOS – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Secretário de SIURB comunicou que em 10

minutos está chegando.

O SR. ADÃO BORGES VASCONCELOS – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia, Adão. Agora ficou ótimo, perfeito.

O SR. ADÃO BORGES VASCONCELOS – Excelente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra Adão, pela SPObras.

O SR. ADÃO BORGES VASCONCELOS – A SPObras preparou a proposta orçamentária dela. E temos o seguinte, o valor previsto para ingressos de 304 milhões, 309 mil e 916 reais, correspondentes a receitas provenientes da Operação Consorciada Urbana Água Branca, 40 mil reais; receitas provenientes da Operação Consorciada Água Espriada, 990 mil reais; receitas provenientes da Operação Consorciada Urbana Faria Lima, 3 milhões, 147 mil reais; receitas provenientes de contratos de apoio técnico a serem firmados com a SIURB, compreendendo a fiscalização e gerenciamento de empreendimentos de mobilidade urbana, 103 milhões, 425 mil, 269 reais; receita proveniente do gerenciamento e fiscalização de obras e inspeções, 35 milhões, 142 mil, 847 reais; receitas provenientes dos contratos mantidos com SIURB, referente à manutenção, reforma, requalificação e construção de unidades escolares, 135 milhões, 429 mil e 800 reais; receitas provenientes da fiscalização e gerenciamento do contrato firmado com a Fundação Theatro Municipal, referente à execução de serviços e obras da Praça das Artes, fase 3, de 5 milhões e 700 mil reais; receitas provenientes da fiscalização e gerenciamento das obras do Autódromo José Carlos Pace, 1 milhão e 500 mil reais e receitas próprias provenientes da remuneração das concessionárias do mobiliário urbano, 19 milhões e 932 mil reais. Totalizando 304 milhões, 309 mil, 916 reais.

Do lado das despesas temos um custeio, pessoal e encargos, de 85 milhões, 889 mil reais; serviços de terceiros, 10 milhões, 919 mil, 628 reais; aquisição de materiais de consumo, 335 mil, 200 reais; despesas gerais, locação, IPTU, água, luz, telefone, etc., 2 milhões, 187 mil, 600 reais; gastos tributários decorrentes das receitas auferidas, 55 milhões, 418 mil, 596 reais; despesas financeiras, 310 mil, 270 reais; despesas com apoio à fiscalização do mobiliário urbano, 2 milhões, 512 mil reais; apoio fiscal e gerenciamento de obras de arte especiais,

educação e mobilidade urbana, 135 milhões, 17 mil, 622 reais; investimentos próprios, material permanente mais aquisição de equipamentos de informática, 11 milhões, 700 mil reais. Totalizando 304 milhões, 309 mil, 916 reais.

Esta é a proposta orçamentária encaminhada por SP Obras.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Adão. Temos aqui a presença do Secretário Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, obrigado Secretário, pelo esforço de vir. Agora falou o que chamamos de guarda-chuva da sua Secretaria, SP Obras. Já ouvimos a SMUL; SP Urbanismo e SP Regula.

Tem a palavra o Secretário Marcos Monteiro, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras. Bem-vindo, Secretário.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Obrigado, Jair Tatto, Presidente da Comissão, prazer estar aqui com vocês; agradeço também ao Sidney pela presença, pelo apoio; o pessoal da Prefeitura, João Manoel, SP Regula; o Waldir; a Rode; Fernando Chucre, *on-line*; José Amaral; Maria José e Francinaldo, representando a SMUL; Rodrigo Rossler, do TCM e o Adão, da SP Obras.

Vou apresentar rapidamente o que estamos prevendo, o que previmos dentro...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vai ter slides?

O SR. MARCOS MONTEIRO – Tem sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito. Ótimo. Fica à vontade. Está tranquilo para você falar daí?

O SR. MARCOS MONTEIRO – Está, eu tenho papel aqui também, está tranquilo. Só apresentar alguns números da Secretaria, mas antes disso contextualizar quais os trabalhos e quais as intervenções na cidade que a SIURB, Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, é responsável.

Então, nós temos duas grandes metas, dentro do Plano de Metas da cidade, no Plano de Metas original, 14 reservatórios. E na revisão do Plano, isso aumentou para a viabilização de 15 reservatórios na cidade. Em paralelo existe uma preocupação bastante grande na Secretaria,

de não só colocar os reservatórios em execução, mas também temos um planejamento. E já estamos executando mais de 40 projetos, para que tenhamos uma reserva técnica de projetos importantes, para que se dê continuidade a esse trabalho que vem sendo feito na Secretaria.

Dentro dos reservatórios, temos uma meta grande também. Não sei se já ouviram falar, mas convido todos, *on-line* e os presentes, a visitar o *site* da SIURB. Lá vocês vão conhecer os Cadernos de Drenagem, que é o estudo de cada uma das bacias hidrográficas da cidade. E em parceria com a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica da USP, estudamos cada uma das bacias, a hidrografia, os córregos, a ocupação, que é a densidade populacional de cada área, qual o sistema de drenagem implantado e as deficiências de cada sistema de drenagem. Com isso, a gente consegue ter as manchas de chuva, a gente consegue ter os pontos de alagamento; e daí, dentro de cada caderno, de cada região, são propostas soluções alternativas e é em cima disso que a gente se baseia para fazer os projetos das obras de alagamento da cidade.

Isso é importante porque as ações de controle de alargamento, de drenagem, não são tomadas assim: “Ah, choveu aqui, alargou e vamos fazer uma obra”. Não. Tudo isso está estudado. Uma dificuldade que a gente tem: as necessidades da cidade são enormes, muito maiores do que a gente consegue fazer numa gestão. Por isso, a preocupação de deixar projetos e priorizar essas obras.

Outra preocupação que surgiu nesse contexto: Durante o ano passado, nós lançamos o Plano Diretor de drenagem, onde a gente pega todas essas obras que foram planejadas e ordena dando uma priorização em números de pessoas atendidas, às pessoas que tão em maior vulnerabilidade, enfim, uma série de critérios que a gente apresenta no Plano Diretor de Drenagem, que também está no *site* da Siurb, vocês podem consultar, onde a gente elenca 56 obras com prioridades de execução tanto das obras quanto dos projetos.

No total, nós vamos ter 52 cadernos de drenagem. Estamos num esforço bastante grande junto com o FCTH de terminar esses cadernos de drenagem ainda dentro desta gestão, até o final do ano que vem. Hoje, temos já 21 editados. Então, é um esforço bastante grande de

todos para que a gente tenha essa importante ferramenta de planejamento finalizada.

Como a gente editou vários cadernos entre o lançamento do plano de drenagem anterior e os novos cadernos de drenagem que a gente editou até agora; quer dizer, quando a gente entrou na gestão, existiam seis cadernos e agora a gente tem 21. E na segunda edição do Plano Diretor de Drenagem, algumas obras saíram porque já estão em execução, ou pelo menos em projeto e licitação; e outras obras entraram. Então, na segunda edição do caderno de drenagem serão 104 obras de portes diferentes, reservatórios, canalizações, várias intervenções, para a gente resolver ou pelo menos caminhar na mitigação dos problemas de alargamento na cidade. Essa é uma ação importante.

A segunda ação importante dentro do Plano de Metas são as intervenções. Inicialmente, eram 120 intervenções em pontes e viadutos. Na revisão do Plano de Metas, isso foi alterado para 160 intervenções, mas nós estamos focando em um número superior a 300 intervenções em pontes e viadutos da cidade.

Serão desde intervenções mais simples, de recuperação de gradis, pavimento, juntas de dilatação, aparelhos de apoio, até situações mais complexas que exigem o reforço estrutural do viaduto. São as obras que vocês estão vendo na rua, que atrapalham o trânsito, como as obras da Ponte da Cidade Jardim, da Ponte das Bandeiras, que é uma intervenção grande de rebaixamento de pista para a gente parar com esse problema de impacto de caminhão nessas pontes.

É um programa muito importante para a cidade, como todos conhecem, já tivemos problemas de queda de viadutos. Então, nós estamos nesse programa intenso de cerca de 1.200 pontes, viadutos, passarelas e túneis mapeadas na cidade. Nós vamos intervir nas 400 primeiras, que são as que exigem mais cuidado, são as mais antigas, que nunca sofreram nenhum tipo de manutenção ao menos preventiva na cidade. Esse é o segundo ponto do Plano, que também a gente previu no Orçamento.

Outro ponto do Plano de Metas é que a gente divide ações com a SP Trans. Nós temos obras em terminais de ônibus. Nós retomamos o contrato do Terminal Itaquerá e o

Terminal Itaim, que nós estamos em fase de projeto. E temos requalificações e novos corredores de ônibus.

Então, hoje já estamos com três requalificações de corredores em obra, temos outros dois em licitação, tem um sexto que está em projeto e temos um desafio importante do BRT Aricanduva e do BRT Radial Leste.

O BRT Radial Leste já está em licitação, estamos respondendo alguns questionamentos do Tribunal; e o BRT Aricanduva em financiamento do Banco Mundial, que a gente deve abrir licitação ainda este ano, ou no final do ano ou começo de janeiro. E temos ações voltadas para as áreas de risco.

Só para finalizar esse panorama geral, antes de falar dos números. nós estamos com um projeto bastante grande integrado com outras Secretarias de São Paulo envolvendo o Plano Municipal de Redução de Riscos, que era um compromisso da cidade com o Ministério Público, nós estamos elaborando esse Plano. São três eixos de atuação com as demais Secretarias, que envolvem os alertas para a redução de situações de risco, envolve a zeladoria e o monitoramento dessas regiões de risco, onde nós temos os operadores hoje remunerados para orientarem a população na situação de risco.

E o terceiro eixo é o que a gente desenvolve na Secretaria, em conjunto com a Segurança Urbana, com a Defesa Civil, que é um trabalho contratado também numa Fundação - FDTE - em que nós estamos fazendo censo de 200 áreas de risco, R3 e R4. Não sei se todos têm o conhecimento, mas as áreas de risco se dividem em: R1, R2, R3, R4. O R4 é a de pior risco. Nós estamos focando nas áreas R3 e R4, fazendo um censo dos problemas da população, de quem ali que tem problema de mobilidade, crianças, adultos; as características daquele território.

E incluímos nesse programa projeto de 100 áreas de risco: R3 e R4. Para dar uma resposta, nós temos atuado muito por demandas das Subprefeituras e Defesa Civil para a gente mitigar essas áreas de risco. Temos atuado, mas a gente entende que temos que ter a possibilidade de planejar melhor essas ações.

Então, o Plano Municipal de Redução de Risco vai oferecer essa ferramenta para a gente atuar de forma planejada nessas áreas de risco.

Esses projetos já começaram a ser entregues e finalizam, se eu não me engano, em fevereiro; mas já estamos estudando começar as licitações dessas intervenções nas áreas de risco.

Essa introdução é mais no sentido de vocês conhecerem as ações da Secretaria e onde serão. E nós temos a responsabilidade de uma grande parcela de investimentos da cidade, prevendo para o ano que vem investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões. Nós somos responsáveis pelos investimentos de grande parte dessas obras.

Os números que eu vou mostrar são iniciais, mas nós temos contado com o apoio do Prefeito, dos demais Secretários da gestão, nas necessidades que a gente aponta para a Secretaria.

Mostrando os números gerais, o orçamento geral que a gente ajustou com a Secretaria da Fazenda envolvendo tanto os investimentos, quanto o custeio da Secretaria: R\$ 90 milhões nas atividades de custeio.

Os nossos contratos de gerenciamento estão dentro desses valores. Então a gente tem alguns contratos, um deles eu já falei, que é do FDTE. Falei do FCTH, uma característica importante; o CGE, que presta serviços importantes para a cidade no monitoramento do clima, do tempo, das chuvas. É uma organização, uma entidade, que está dentro desse contrato do FCTH que faz os cadernos de drenagem. Então, o CGE, de que a imprensa fala, o CGE da Prefeitura de São Paulo, está embaixo da Secretaria.

E temos contratos importantes. Não sei se todos sabem, mas a gente tem contrato com a FIPE também dentro da Secretaria.

As tabelas de preço das obras são editadas a cada seis meses pela Siurb. A FIPE nos dá apoio na atualização dos valores. Então, tanto na composição de custo das obras, quanto nos valores atualizados de insumos de mão de obra, são editados a cada seis meses e servem de referência para as obras não só da cidade, mas para obras do país inteiro. Várias prefeituras

utilizam a tabela Siurb e, às vezes, até o mercado privado utiliza essa tabela, que é uma ferramenta importante.

Temos contratos também com gerenciadoras para nos dar apoio aos serviços realizados, porque a gente está com muita obra, com muito projeto, a estrutura está envelhecendo, muita gente está se aposentando. Então, esse trabalho de gerenciadoras é muito importante hoje na Secretaria.

Estão previstos para o ano R\$ 90 milhões. Pessoal e auxílios, R\$ 36,5 milhões; e investimento nesses vários projetos e obras que eu comentei com vocês, R\$ 1.694.000,00. No total, R\$ 1.820.957,00, que é um valor bastante próximo ao aprovado no ano passado.

Também usando recursos de Fundurb, R\$ 232,6 milhões; e de FMSAI, R\$ 221,28 bilhões. O Fundurb é mais direcionado para as obras de mobilidade e o FMSAI, para as obras de drenagem executadas pela Secretaria. Então, no total, o Orçamento proposto para o ano é de R\$ 2,274 bilhões.

Então, é isso. Eu gostaria de me colocar à disposição para questionamentos que alguém tenha com relação ao programa de investimentos que a gente tem nessas grandes obras importantes para a cidade e algum detalhamento que vocês queiram. Fico à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Secretário. Aproveito para perguntar sobre corredores de ônibus. O senhor colocou aqui: orçado em 2023, R\$ 193 milhões; empenhado, R\$ 1 milhão. E, para 2024, então, R\$ 70 milhões.

Eu estou falando de construção em corredores de ônibus. E terminais, orçado para 2023, R\$ 254 milhões; empenhado, R\$ 1,6 milhões. E, para 2024, cai para R\$ 32 milhões. Abandonamos os terminais?

O SR. MARCOS MONTEIRO - Acho que o objetivo é justamente vir esclarecer. Com relação aos corredores, houve um tempo de aprovação dos projetos e de aprovação no Tribunal de Contas. Hoje, basicamente de novos corredores, e não de requalificações, nós estamos falando dos dois BRTs: o BRT Radial Leste já era para ter começado este ano, mas nós estamos

respondendo as alegações finais do Tribunal de Contas. Com esse atraso, parte do dinheiro que estava previsto não foi gasto e foi jogado para o próximo ano, que terá um orçamento mais realista para as obras que serão executadas no próximo; porque no ano passado aconteceu de se colocar a verba inteira da obra, quando o mais correto, o mais realista, é a gente empenhar ou reservar o dinheiro que vai ser gasto efetivamente naquele ano.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São R\$ 70 milhões previstos.

O SR. MARCOS MONTEIRO – E a mesma coisa dos terminais. No Plano de Metas, nós temos dois sob nossa responsabilidade: o Terminal Itaquera e o Terminal Itaim.

Para o Terminal Itaquera, a gente previa um desembolso maior durante este ano, as obras já se iniciaram durante o mês de setembro.

Nós temos o compromisso com a empreiteira de terminar até o mês de junho a fase um do Terminal; e então a obra continua. Essa é a ideia. O que está reservado é para o que vai ser executado de obras em 2024.

O Terminal Itaim, a gente tomou a decisão de adiar mesmo. Ele envolve uma dificuldade de desapropriação, a questão ambiental; então, nós estamos desenvolvendo o projeto; por isso que caiu bastante. A gente não está prevendo obras para o Terminal Itaim, mas sim o desenvolvimento do projeto só, durante o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Vereador Sidney Cruz vai falar do Terminal Pedreira, Jardim Mirian.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Esses estão terminais que estão a cargo da SPTrans.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É da SPTrans a execução da construção. É isso?

O SR. MARCOS MONTEIRO – Exatamente. Esse também está em fase de projeto, de definições, mas está com a SPTrans. É uma meta dividida entre Siurb e SPTrans.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas é exatamente isso que a gente está querendo entender.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Se vocês pegarem o Plano de Metas, vocês vão ver que são metas divididas de SPTrans e Siurb – SP Obras. É estranho, mas é uma realidade que

veio das definições do Plano de Metas. Eu acho que seria melhor, em termos de gerenciamento, se fosse uma meta da SPTrans e, então, a SPTrans passaria o gerenciamento para a Secretaria, porque ficaria mais claro para quem está envolvido, Mas como isso já estava desenhado dessa forma no Plano de Metas, a gente seguiu.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Hoje a nossa dificuldade é saber quem está cuidando da coisa. Vocês concordam que é uma dificuldade? Não é de hoje.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Mas essa é a importância da gente estar aqui prestando esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós também aqui, na condição de representantes de vocês, às vezes, a dificuldade primeiramente é saber quem está cuidando do quê. E vai circulando, até chegar, e depois entender por quê. Obviamente que vocês, os Secretários, os técnicos, explicam detalhadamente o que está acontecendo, quem cuida do quê, mas esse é um desafio em todos os orçamentos. A resposta está compreendida aqui, que atualizou os valores e aquilo que é possível. Do Terminal Itaim, está dito que tem um problema ambiental, que nem encostou no Plano de Metas, vamos dizer assim.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Ele está no Plano de Metas. É que, em função da complexidade, a gente preferiu cuidar mais do projeto, resolver as questões ambientais e deixar as coisas prontas para a próxima gestão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu faço aqui uma observação, até deixei uma tabela com a Dra. Maria José sobre as operações urbanas. Acho que o que foi orçado aqui, o que foi atualizado, o que foi empenhado e pouco liquidado; e um orçado um pouco mais positivo para 2024. E eu havia então perguntado sobre a questão dos PIUs. Eu entendi que é para constar aquele valor tão baixo. Não é isso que?

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO - Na realidade, a gente tem uma previsão para os PIUs da outorga onerosa para acontecerem a partir de 2024, 2025. Mas nós não podíamos deixar de constar no Orçamento, porque não existia uma dotação orçamentária; então deveria ser criado, e foi isso que nós pedimos à Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós estamos falando de Operação Urbana

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – O senhor falou do PIU.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, isso. Primeiro, Operação Urbana e depois sobre os PIUs.

Só para entender, Operação Urbana é outorga onerosa. O PIU?

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Não, o PIU usa a outorga onerosa; as operações urbanas usam os CEPACs.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perdão. É que eu vejo, na Marginal, os galpões já sendo transformados, Dr. Sidney, naquele espaço da Operação Jurubatuba, estou vendo demolindo para construir grandes empreendimentos ali. Então, eu acho que há muito o que vir.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Nós entendemos que sim. A gente tem aqui...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, ali é PIU.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Os PIUs foram aprovados e estão todos fazendo, na SMUL, os planos urbanísticos, ou junto com a SPUrbanismo, de quem somos parceiros, e vamos fazendo os planos urbanísticos dos PIUs que foram aprovados. Eu não sei em detalhe. Se o Agnello tiver alguma coisa, ele vai falar. Mas estamos todos – na equipe de engenharia; e nós junto com eles na SMUL – preparando os planos de urbanização desses PIUs, porque eles precisam disso antes de qualquer outra questão de obra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Os valores para cada PIU – se conseguem encaminhar para a nossa comissão.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Depois encaminhamos para cada comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por gentileza.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aí houve uma pergunta do Dr. Luiz Castro sobre a Água Espreada. Não é isso?

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já aproveitando a oportunidade.

A SRA. MARIA JOSÉ GULLO – Nós temos um parâmetro-limite que a Secretaria da Fazenda nos deu, dos 313 milhões, que apresentamos inicialmente. E as demandas incorporadas a esses 313 milhões são: auxílio-aluguel, e isso determinando o DTS-Sudeste e o DTS-Centro; temos o HIS, com as obras do Jabaquara, vários lotes; temos o HIS de peritos judiciais e assistentes técnicos. Isso tudo se enquadra nas operações urbanas. Nós temos HIS com gerenciamento físico. E isso eu posso mandar para vocês também, pois mostra os 313 milhões abertos. Temos também os DIS. O HIS entra na classe de interesse social, com valores que são postos nas operações urbanas. Temos as desapropriações, conforme já comentei – 66 áreas a serem desapropriadas e pagas; ou, mesmo que tenham sido desapropriadas, precisam ser pagas no decorrer, se não houver questões judiciais em andamento. Temos as desapropriações do que chamamos de blocos A e G, que são para parques, canalizações e viários.

Nesse momento, não inclui HIS, porque é específico ao HIS dentro das operações urbanas, tem um percentual específico. E nessa questão das desapropriações inclui-se parte da Chucri Zaidan, que é exatamente para parques, canalização e viário. Vou repetir: o HIS já tem a sua conta específica nas operações urbanas, e a Chucri Zaidan se inclui aqui.

Temos todos os sistemas viários, que são as obras da Chucri Zaidan. Quer dizer, temos desapropriações e obras nesse período. Temos as obras, os projetos, a remediação de áreas contaminadas, o gerenciamento físico e social – voltando a repetir – dessas áreas de parque, canalização e viário dos blocos A até o G. Tudo isso é o sistema viário.

A regulação de SPUrbanismo e SP Obras – a SPUrbanismo nos projetos de gerenciamento e a SPObras também com projetos de gerenciamentos.

E temos a questão da fiscalização, escrituração e coordenação do CEPAC, que temos a obrigação de pagar à Caixa e ao Banco do Brasil.

Apresentamos, no orçamento, uma pressão orçamentária dos HIS das obras do Jabaquara, porque tem várias obras de lotes A, B e C, onde falamos de quatro a três áreas

específicas – quando vocês receberam o relatório, vão identificar esses lotes como eles se chamam; 9, 37, 38, 39. Foram feitos os projetos, e agora é preciso fazer as obras. Então, nós apresentamos na pressão orçamentária, a questão habitacional das obras da região do Jabaquara. As licitações de projetos já estão prontas, praticamente concluídas pela Sehab, e agora as obras precisam realmente ser feitas. E isso é uma pressão orçamentária que a SMUL, com a SP Urbanismo, apresentou na apuração no Água Espriada para o orçamento de 2024. Podemos encaminhar esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixando conosco...

Eu compreendo que foi basicamente direto nos questionamentos.

Passo a palavra ao nobre Relator, Vereador Dr. Sidney Cruz.

O SR. SIDNEY CRUZ – Muito obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero saudar V.Exa., que sempre com muita maestria conduz a presidência da Comissão de Finanças e Orçamento.

Cumprimento o Sr. João Manoel, presidente da SP Regula; o Dr. Waldir Agnello, que representou o presidente Cesar Azevedo, da SP Urbanismo; a Dra. Rode Bezerra, representando o Secretário Alexandre Modonezi; a Dra. Maria José Gullo, que acabou de apresentar explicações detalhadas, e a quem faço o pedido para que encaminhe essas informações a esta comissão; o Dr. Adão Borges, da SPObras; o nosso Secretário Marcos Monteiro, que trouxe informações preciosas e esclarecimentos; Fernando Chucuri, que acompanhou de forma *on-line*; o Dr. José Amaral Wagner Neto, do Comitê Gestor de Águas e Esgotos; o Dr. Rodrigo, do Tribunal de Contas, aqui ao meu lado; e o Sr. Sandro Luis Palanca, da DIAPRI, sempre acompanhando os nossos trabalhos e fazendo revezamento com colegas.

Hoje é a nossa sétima audiência temática. Já tivemos quatro regionais, e, no total, onze. Estamos avançando no debate da peça orçamentária de 2024. E a audiência pública de hoje não é tão fácil de se entender. Falo isso porque são várias secretarias e várias agências, com ações e competências distintas, porém se comunicam entre si. Não é fácil. Eu sei que V.Exa. já tem facilidade, há oito anos à frente desta comissão, e as informações se tornam mais fáceis

de serem digeridas; mas eu, no meu terceiro ano, segundo ano consecutivo como relator do orçamento, vou pedir ajuda a V.Exa. nos detalhes para o fechamento da nossa peça orçamentária.

Ouvi atentamente todos os munícipes; principalmente, o Sr. Luiz Castro, que foi prontamente respondido pela doutora; também os Srs. Marcelo Siqueira e o Gilberto, que são conselheiros. E eu queria responder e tentar dar uma explicação, fazer um contraponto com relação ao pleito de V.Sas.

Eu entendo que já é uma forma de garantirmos 2024, mas precisamos reconhecer que, pela primeira vez – vou até plagiar – na história deste município, tivemos um prefeito que encaminhou recursos aos conselheiros para que deliberassem de acordo com as necessidades do território. É importante ressaltarmos esse avanço. Mas concordo com V.Sas. E vamos dialogar para ver a possibilidade de já garantir esses recursos na PLOA - 2024.

Também com relação à saúde, que foi falado, é óbvio que temos muito em que avançar. E venho falando nas audiências públicas que uma cidade como São Paulo, com 12 milhões de habitantes, com orçamento de 110 bilhões de reais, o quinto maior orçamento do país – em breve, seremos o terceiro, da forma como estamos avançando –, é uma cidade com complexidade. Na saúde, temos muito em que melhorar, mas também avançamos muito.

Se o senhor é da região do Grajaú, o senhor sabe da UBS Maria Antonieta e da UPA. Tivemos o Hospital Parelheiros. Lá na região da Pedreira, por exemplo, está saindo a UBS no empreendimento Espanha; são 14 mil novos habitantes aguardando aquele equipamento público tão importante. Lá na região da Pedreira também, no AMA do Parque Doroteia, não tínhamos atendimentos depois das 18 horas, porque fechava às 19h e somente atendia quem chegava até as 18h, fechavam as portas e atendiam quem estava lá dentro; e hoje temos atendimento 24 horas na AMA. Na região de Jabaquara, embora o equipamento pudesse receber uma UPA, vamos entregar uma UBS, que receberá o nome do saudoso Arnaldo Faria de Sá. Eu fico muito feliz. Será inaugura na quinta-feira. Acredito que o Prefeito estará presente no território. Então, estamos avançando muito. E vamos continuar avançando.

Quero cumprimentar também o pessoal da CTEO, sempre presente. Sem vocês, não existiria Relator do orçamento capaz de entregar uma peça que atendesse razoavelmente os anseios da população; toda a Assessoria presente; os presentes; e todos que nos acompanham pela Rede Câmara SP.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Sidney Cruz.

Passo aos informes.

Temos, na quinta-feira, reunião extraordinária da Subcomissão da Tarifa Zero, às 16 horas, na Sala Sérgio Vieira de Mello, no 1º Subsolo, com a presença da Deputada Federal Luiza Erundina. Ela não é mais do PT, é do PSOL. A sempre maravilhosa Deputada. E o interessante é que ela está com 90 anos ou mais e se propôs a vir na quinta-feira.

Não temos feriado pela frente, não. Não tem feriado conosco. Amanhã é feriado, mas na quinta temos de estar aqui.

O SR. SIDNEY CRUZ – Presidente, se o senhor me permite, aproveitando o tema da presença da Deputada Federal.

Eu estou Relator também dessa Subcomissão que tem como tema a possibilidade ou não da implantação da Tarifa Zero na cidade de São Paulo. Estou também presidente da Comissão Especial de Estudos que avalia a possibilidade ou não de o Município de São Paulo anuir a privatização [da Sabesp], porque nós não temos ingerência sobre a decisão da Assembleia, ou do Governo do Estado de São Paulo, mas temos a responsabilidade de preservar os direitos da população e da cidade de São Paulo.

E, na quinta-feira, eu terei um problema, porque estarei junto com o Sr. Prefeito no Jabaquara, e ficarei muito triste, porque gostaria de reencontrar a nossa ex-Prefeita Luiza Erundina, Deputada Federal, quem eu admiro muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está justificado, nobre Relator.

Aliás, mais uma tarefa, ele como Relator e o Isac Félix como Vice-Presidente.

Foi um grande trabalho que fizemos aqui. Diria que ouvimos todos os especialistas que vocês possam imaginar. Esta comissão foi por requerimento do nosso querido Dr. Paulo Frange. Começamos em fevereiro, não é, Sidney? E a última e derradeira [reunião] será com a Deputada Erundina. Faremos esse debate. E, dia 23, V.Exa. entregará o relatório de estudos.

Inclusive, encabeçada pelo Vereador Paulo Frange, nós temos um projeto, assinado por todos os membros da comissão, com uma proposta: basicamente, começaria a possibilidade pelo CadÚnico.

Então, nós nos sentimos muito orgulhos, não é, Sidney? Foi feito um grande debate nesta Casa no primeiro semestre, e concluímos agora. Eu diria, sem falsa modéstia, que é o debate mais bem feito e mais elaborado que aconteceu.

O SR. SIDNEY CRUZ – Presidente, com todo respeito às demais comissões, importantíssimas para esta Casa, é mais um ano que esta Comissão de Finanças e Orçamento, presidida por V.Exa., entrega um trabalho à altura da população da cidade de São Paulo.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Então, quinta-feira, às 16 horas, na Sala Sérgio Vieira de Mello, com a presença da Deputada Luiza Erundina, reunião da comissão que trata da Tarifa Zero.

Também faremos audiência pública de Finanças e Orçamento ao PL 578/2023, que estima receita e fixa despesas do Município de São Paulo, que é o orçamento de 2024.

Terça-feira próxima, dia 21, no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, 8º andar, teremos a temática do orçamento. Aí, sim, trataremos de assistência social e direitos humanos, que envolve a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

Na quarta-feira, dia 22, com início às 10 horas, neste auditório, faremos a audiência pública do orçamento, a última temática. Virá a Secretaria Municipal de Educação, a SP Parcerias, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a Secretaria Municipal da Fazenda, que inicia e termina. Contaremos com vocês. Obviamente, a obrigação é de duas audiências, mas

para o orçamento não se pode fazer apenas duas. Virá também o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – aliás, falava com o nosso colega –, que se comprometeu a estar conosco com um estudo técnico bem elaborado.

Quero agradecer aos intérpretes de Libras Marilene Santos Cuba e Edmilson Freitas Cuba.

O SR. SIDNEY CRUZ – Presidente, se o senhor me permite novamente.

Já está na programação, conforme conversado com V.Exa., e levamos ao Colégio de Líderes, sobre votarmos em primeira no dia 29.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. E até explicando: precisamos votar em primeira, levar ao Plenário. Tem somente, na verdade, duas sessões para apresentação das emendas, porque na terceira já é o dia que tem que apresentar as emendas. É isso?

O SR. SIDNEY CRUZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – No dia 28, então, fecharemos o primeiro relatório na comissão, não é, nobre Relator?

O SR. SIDNEY CRUZ – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Cai na quarta.

Dia 28 ou 29?

O SR. SIDNEY CRUZ – Dia 29.

E aproveito para reforçar a todos os Vereadores e Vereadoras que colocamos o prazo do dia 23 para recebimento dos encaminhamentos, indicações e emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, tem aquela de fazer para não ter sessão na quinta, para ter mais um espaço especialmente para...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SIDNEY CRUZ – Por conta da comissão especial.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Da Sabesp. É.

Sim, então, no dia 29, quarta-feira. Positivo?

O SR. SIDNEY CRUZ – Perfeito. Positivo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, mas aí não há problema.

Com relação à Peça Orçamentária, o nobre Relator fala com a presidência para votar em primeira na quarta; a quinta não está tendo, abre terça e quarta. Há mais tempo. Imaginem que o Relator tem esse espaço para ficar compilando, junto com a CTEO, todas as emendas, as rubricas, tudo que é ofertado. Mesmo com participação baixa – que nós estamos com a Lei de Zoneamento em pleno curso, vocês estão acompanhando bem de perto –, nós recebemos centenas e centenas de ofertas, como eu chamo, e reivindicação via *on-line* para o orçamento. Temos um formulário físico também. Realmente o espaço fica bem apertado para a equipe técnica e para o Relator.

Bom, ok?

O SR. SIDNEY CRUZ – Presidente, somente para corrigir a minha Assessoria, a extensão dos pensamentos.

Depois de aprovada em primeira, nós teríamos até o dia 6 de dezembro para...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acontecendo sessão na terça, quarta...

Não, aí tem um fato interessante: se vota na quarta, e não tem na quinta, aí temos a sessão de terça e de quarta.

O SR. SIDNEY CRUZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não é o dia, então, que você tem que apresentar?

Rogério, é na segunda ou é na terceira?

Olha, eu estou tão...

O SR. SIDNEY CRUZ – Na segunda.

A SRA. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, tá. Então é isso.

O SR. SIDNEY CRUZ – É 6 de dezembro, às 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, na verdade, tem somente uma sessão,

porque na segunda já é para apresentar. Eu estou fazendo confusão que existe uma terceira. É isso. Vejam como a coisa aperta.

Então, está bem entendido.

O SR. SIDNEY CRUZ – Bem entendido.

Só para ficar claro: até...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quinta não tem sessão, então faremos na quarta.

O SR. SIDNEY CRUZ – Votaremos na quarta. E aí, até o dia 6...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pede ao Presidente para pautar, para votar já no mesmo dia em plenário, em primeira.

O SR. SIDNEY CRUZ – Perfeito. Dia 6 de dezembro, até as 19h, seria o prazo regimental para o recebimento das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Bem explicado.

O SR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nada mais havendo a tratar, muito obrigado a todos e a todas que estiveram presentes, também aos que estiveram de forma *on-line*, aos Vereadores que acompanharam, ao nobre Relator, e, especialmente, a vocês.

Encerrada a audiência pública.